

# PROTEÇÃO DOS OCEANOS. É AGORA OU AGORA.

## Problema

Toda a vida que existe na Terra depende dos oceanos. Os oceanos produzem 70% do oxigênio que respiramos e abriga 80% das espécies animais e vegetais. Os mares são fonte de alimentos, energia, água e sal, entre outras matérias-primas importantes. Milhões de pessoas vivem em comunidades costeiras, utilizando os mares como meio de transporte, lazer e turismo.

Os oceanos são, especialmente, um importante regulador climático, absorvendo boa parte do calor gerado no planeta e acomodando variações de temperatura. Os oceanos são o maior sumidouro de carbono da Terra, absorvendo cerca de 90% de todas as emissões de CO<sub>2</sub>.

Entre os principais vetores de degradação dos oceanos brasileiros, destacam-se a pesca predatória, a carcinicultura (fazendas de camarão), a exploração de gás e óleo, a falta de presença do Estado para coibir atividades ilegais e predatórias e os impactos do aquecimento global, tais como a elevação do nível do mar, o branqueamento dos corais e a perda da biodiversidade.

Hoje o Brasil tem apenas 0,4% de sua costa protegida sob alguma modalidade de unidade de conservação. A dificuldade em criar e implementar estas áreas protegidas decorre de conflitos de interesse com atividades industriais e exploratórias como a pesca, a exploração de reservas submarinas de combustíveis fósseis e as fazendas de camarão.

Os estoques pesqueiros estão 80% sobrexplotados, com algumas espécies utilizadas comercialmente em via de colapso. O grande desafio para o setor da pesca é encontrar maneiras de manter a produção sem ultrapassar a capacidade natural de reposição dos estoques. A pesca marinha nacional gera 800 mil empregos e é responsável pela sobrevivência de 4 milhões de brasileiros. Com tamanha importância, é urgente desenvolver um modelo sustentável de exploração dos recursos pesqueiros.

A exploração de gás e óleo tem impedido a criação de áreas marinhas protegidas como é o caso da zona de amortecimento do Parque Nacional de Abrolhos, na Bahia. Além do impacto durante a fase de prospecção, quando são liberadas bombas de ar comprimido, que comprovadamente afetam as espécies da megafauna, o vazamento de óleo, ainda que rapidamente sejam aplicadas medidas de contenção, causam impactos significativos na biodiversidade desse ecossistema sensível. Em tempos de aquecimento global, novos projetos de exploração de gás e óleo não devem ser considerados – menos ainda no entorno de santuários marinhos.

De norte a sul do país, fazendas de camarão estão ocupando a zona costeira prejudicando a sobrevivência das populações e destruindo os manguezais, principais berçários da vida marinha.

## Solução

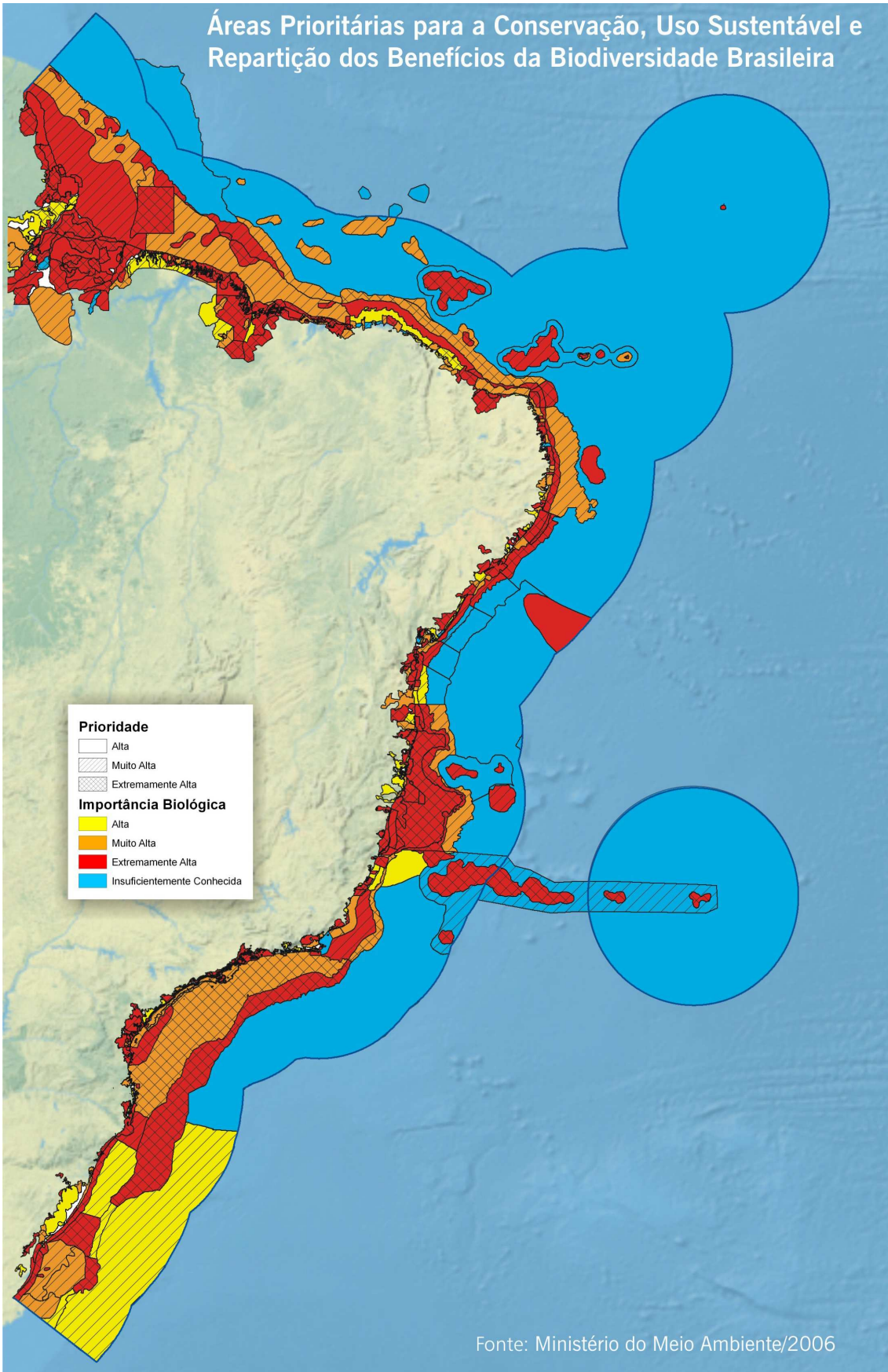
A criação de áreas marinhas protegidas é a melhor ferramenta para a preservação, recuperação e manutenção dos oceanos no seu desempenho como regulador climático. O Estado deveria dar mais atenção à preservação dos oceanos já que mais de 25% da população brasileira vive na costa e será fortemente afetada pela elevação do nível do mar e diminuição dos estoques pesqueiros.

Por isso, é fundamental a adoção de uma Política Nacional de Oceanos, integrada à Política Nacional de Mudanças Climáticas, que considere o papel dos oceanos como regulador climático e preveja medidas de mitigação e adaptação. Tal política deve incluir o ordenamento pesqueiro, incluindo a proibição de pesca ilegal e predatória e áreas de exclusão de pesca, além do zoneamento para coibir outras atividades de alto impacto ambiental.

### **Premissas e áreas prioritárias**

- Pelo menos 30% do território costeiro-marinho do Brasil devem ser transformados em áreas protegidas até 2020;
- Pelo menos 40% das águas internacionais devem ser protegidas como reservas marinhas até 2015;
- Retomada urgente da Zona de Amortecimento para impedir a realização de atividades de impacto como a exploração de óleo e gás e a expansão das fazendas de camarão no entorno do Parque Nacional de Abrolhos, na Bahia. O Parque, criado em 1983, ainda não foi devidamente implementado e a zona de amortecimento segue em aberto, tornando-se uma ameaça à integridade do ecossistema local.
- Incluir de reservas marinhas nas áreas de proteção ambiental do litoral paulista, como forma de garantir a proteção da biodiversidade e a efetiva recuperação dos recursos pesqueiros.

# Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade Brasileira



Fonte: Ministério do Meio Ambiente/2006